

# Relatório final do Plano Diretor de Goiânia acata 56 alterações no texto

Documento vai ser apresentado nesta manhã de quarta-feira (5) aos vereadores da Comissão Mista, na Câmara Municipal, pela relatora Sabrina Garcez (PSD)

05/01/2022 - 09:57



(Foto: Fábio Lima / O Popular)

Vandré Abreu

vandre.abreu@opopular.com.br

O projeto de lei que atualiza o Plano

O projeto de lei que atualiza o Plano Diretor de Goiânia (PDG) deverá ter 56 alterações em seus artigos, segundo o relatório final a ser apresentado na Comissão Mista da Câmara Municipal de Goiânia na manhã desta quarta-feira (5). Ao todo, a relatora Sabrina Garcez (PSD) analisou 272 emendas parlamentares desde agosto de 2020, quando o projeto chegou pela primeira vez na comissão. Dentre as mudanças descritas como a serem acatadas pelo documento, estão as propostas do Grupo de Trabalho (GT) formado pelo Paço Municipal no começo de 2021.

São 36 alterações vindas do GT, que analisou 220 emendas parlamentares da legislatura de 2020, que devem compor o PDG. Outras 20 mudanças foram propostas por um grupo de 22

foram propostas por um grupo de 22 parlamentares da atual legislatura. Em sua maioria, no entanto, trata-se de ideias surgidas no GT, além das proposições dos vereadores e que foram oficializadas como emendas parlamentares, agora com sugestão de acatamento.

Entre essas mudanças está a regulamentação da Outorga Onerosa de Alteração de Uso (OOAU), que cria, dentro das macrozonas rurais de Goiânia, uma área urbanizável, ou seja, que é capaz de se tornar parte da macrozona urbana caso atenda requisitos técnicos e faça o pagamento de uma taxa à Prefeitura. Com isso, oficialmente, o perímetro urbano permanece o mesmo na atualização do PDG, mas com

atualização do PDG, mas com potencial de acréscimo ao longo do tempo sem a necessidade de aprovação de uma nova lei.

Outra mudança é a limitação de densidade em Goiânia, que terá uma composição entre fração ideal para as áreas de menor densidade, como de adensamento básico (AAB) e do índice de aproveitamento para as áreas adensáveis (AA) e de desaceleração de densidade (ADD). Sabrina também modificou uma das emendas propostas pelo grupo, que criava um corredor de desenvolvimento na Região Norte, que agora é descrito como corredor preferencial. As outras propostas de parlamentares surgidas nesta legislatura foram descritas no relatório que não merecem prosperar.